

## DEFESA DAS EXPANSÕES MUÇULMANAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO RIO DE JANEIRO

DEFENSE OF MUSLIM EXPANSIONS IN ELEMENTARY SCHOOL  
TEXTBOOKS IN RIO DE JANEIRO

Robson Rafael de Oliveira Nascimento<sup>59</sup>

Artigo recebido em 23 de março de 2023

Artigo aceito em 12 de junho de 2023

**RESUMO:** Propõe-se debater o posicionamento de alguns livros didáticos de História do 7º ano do EF do município do Rio de Janeiro que aparentemente enaltece as dominações islâmicas medievais. Como as crônicas medievais portuguesas exaltam a guerra cristã, os materiais da rede carioca sugerem leituras laudatórias das expansões maometanas.

**Palavras-chave:** Crônicas. Guerra. Livro. Islâmicos. Manuais.

**ABSTRACT** - It is proposed to debate the positioning of some History textbooks of the 7th year of the EF of the city of Rio de Janeiro that apparently praises the medieval Islamic dominations. As the medieval Portuguese chronicles exalt the Christian war, the materials of the carioca network suggest laudatory readings of the Mohammedan expansions.

**Keywords:** Chronicles. War. Book. Islamic. Manuals.

### Introdução

O registro cronístico é, seguramente, uma das fontes mais importantes da historiografia ocidental, e busca, em linhas gerais, formar as bases da nacionalidade: “a crônica busca perspectivar o passado português.” (LANCIANI, TAVANI, 1993, p. 172). O gênero vem de uma tradição longínqua inaugurada na Península Ibérica por Isidoro de Sevilha (560 – 636), que notabilizou-se por criar um novo tipo de crônica, que os especialistas chamam de epítome (BURGESS, KULIKOWSKI, 2013, p. 189). E modelou toda a escrita histórica deste tempo na Hispânia, caracterizando-se por ser “universal”, na medida que aborda pretensiosamente a história dos povos como sendo uma só (a ideia bíblica das “seis eras” para estruturação da narrativa; “objetiva”, ou seja, cronologicamente simplificada, pois detém-se aos fatos apenas e “monárquica”, pois suas crônicas têm como base a vida dos reis e seus feitos militares.

<sup>59</sup> Doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [rrafaelnascimento77@gmail.com](mailto:rrafaelnascimento77@gmail.com). Orcid: <<https://orcid.org/my-orcid?emailVerified=true&orcid=0009-0003-4807-7293>>.

A crónica em Portugal desenvolve-se sob a instrução isidoriana, ou neo-isidoriana (LANCIANI, TAVANI, 1993, p. 173), e apresenta grande fonte historiográfica. Foram muitas crônicas produzidas cujos maiores expoentes são seguramente Fernão Lopes e Gomes Eannes de Zurara, que se notabilizaram por compor narrativas pontuais na história portuguesa, sobretudo dos feitos considerados heroicos dos exércitos portugueses. Há destaque da liderança em combate dos reis lusitanos, como na *Crônica Geral da Espanha* (1344), enaltecadora das armas cristãs na Reconquista, *Crônica de D. João I* (1449), da famigerada atuação do Mestre de Avis na Revolução de 1383-85 e a *Crônica da Tomada de Ceuta* (1450), relato entusiasta do ataque português a Marrocos de 1415, e muitas outras.

A lista das crônicas é extensa, dada a grande produção deste gênero na Idade Média, pois os reis encomendavam seus cronistas escreverem a história sob o ponto de vista da “glorificação cavaleiresca e senhorial” (LANCIANI, TAVANI, 1993, p. 174), buscando promover uma leitura laudatória do passado nacional e da expansão da Europa cristã em terras gentias. As obras, portanto, tomam a dominação da religião de Jesus Cristo como meta a ser alcançada enchendo de glória os agentes que dão a sua vida em batalha. O trecho abaixo da *Crônica de D. João I*, a título de exemplificação, engrandece a atitude corajosa de alguns clérigos que, percebendo a ameaça do ataque castelhano de 1384 à Lisboa, lançaram-se às armas para defendê-la, dando o aspecto de guerra santa ao episódio:

Nom curavam entom do texto que diz: “que mais ajuda a Egreja o reino com suas orações que cavaleiros com as armas”. Nom se guardava ali a degradal *Clerici arma portantes*, aos quaes, segundo derecho, nom convem de tomar armas, posto que seja pera defensom da terra; mas clérigos e frades, especialmente da Trindade, logo eram nos muros, com os melhores que aver podiam. Cada uūs, de noite, velavom suas torres; e os das quadrilhas roldavam todo o muro e torres, dũa quadrilha ataa outra; e outras sobrerroldas andavom pelos muros, ãas indo outras viindo. (LOPES, 1960, p. 60).

A crónica portuguesa do final da Baixa Idade Média, desse modo, vai delineando tendenciosamente os conceitos de guerra justa e cavaleiro ideal, cujo propósito é o engajamento e entrega em batalha para expandir o domínio europeu sobre o mundo. Sob a bandeira da fé cristã, os cavaleiros são moldados

pelas obras como sujeitos abnegados e corajosos, reservado a eles glórias e engrandecimento pelos feitos, além da certeza de um lugar no paraíso, com o perdão e indulgência do Papa. Era a pregação de um guerreiro que desprezava recompensas materiais, antes, sendo o seu desejo apenas para a guerra em si, ou seja, para o prazer do combate em nome de Deus. A incursão a Ceuta, território marroquino ao norte da África e primeira tomada portuguesa ultramarina, por exemplo, foi retratada como “serviço de Deus e dos reis” e o ato de fé e obediência ao projeto de expansão territorial é a materialização de uma ideologia cristã combativa contra os chamados “infiéis”, construída desde o século III (NASCIMENTO, 2022, p. 43). Há, portanto, no relato cronístico de Zurara, sistemática atribuição de aprovação divina aos atos do rei de invadir e dominar:

Muytos certo vos são obrigados porque ajnda que os feytos de cepta sejaõ assaz de resentes depoys que eu vi a coronica que vos delles escreuestes: a muytos fiz onrra e merçe com melhor vontade por ser çerto dalguns boons feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meu, e a outros por serem filhos daquelles que laa asim bem seruiam do que eu naõ era antes entaõ comprido conhecimento, e creio que naõ menos sera aos que depoys de min vierem quando virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se alguns merecem gloria por yrem a esta terra por seruirem a Deos e a mim e fazerem de suas onrras” (ZURARA, 1978, p. 42).

Há de se pontuar, contudo, a ausência da abordagem de questões como a escravidão imposta aos povos dominados e a desmedida violência empregada no processo de expansão do controle cristão. O louvor excessivo ao empreendimento belicoso em nome da cristandade nas crônicas desprivilegia, desse modo, as tragédias vitimadoras de milhares, dando-se um tom de heroísmo nos episódios retratados da história portuguesa. As inúmeras perdas humanas no processo de tomada dos territórios, tanto de um lado como do outro, recebem pouco destaque em detrimento da conquista pela belicosidade heroica em nome de Deus, muito embora haja alguma citação dos efeitos da fúria destruidora da guerra por Fernão Lopes<sup>60</sup>, segundo seu relato abaixo na *Crónica de D. João I*:

<sup>60</sup> “Talvez essa pertença e contato com os populares lhe tivessem proporcionado o “sentido crítico que o fez incomparável no panorama do tempo e lhe temperou as subserviências de valido do Paço”, conforme ajuíza A. H. de Oliveira Marques.” (MALEVAL, 2010. p. 23.).

Os padres e madres viam estalar de fome os filhos que muito amavam, rompiam as faces e peito sobre eles, nom teendo com que lhe acorrer senom planto e espargimento de lágrimas; e, sobre todo isto, medo grande da cruel vingança, que entendiam que el-Rei de Castela deles avía de tomar. Assi que padeciam duas grandes guerras: ãa dos ãmigos que os cercados tinham, e outra dos mantimentos que lhe minguavam; de guisa que eram postos em cuidado de se defender da morte per duas guisas (LOPES, 1977, p. 72).

Lemos, então, o ressurgimento de tal espírito cronístico unilateral na pós-modernidade em alguns livros didáticos direcionados ao 7º ano do Ensino Fundamental. Seria a mudança na narrativa, um ponto de vista que enaltece os feitos dos muçulmanos em sua expansão dos séculos VII ao IX, como conquistadores no sentido heroico do termo, impositores de uma escravidão mais atenuada e tolerantes com a religião alheia. As crônicas portuguesas citadas aqui exaltam a guerra por motivação religiosa para subjugo dos considerados infiéis e gentios. Já as “crônicas” pós-modernas dos livros didáticos, buscam, em oposição à visão cristã nos escritos de Fernão Lopes, Zurara e de outros, criar outra narrativa sugestivamente laudatória das expansões islâmicas. Passamos a mostrar certas estratégias argumentativas que omitem ou distorcem dados importantíssimos no ensino dessa matéria produzindo uma nova narrativa acerca das expansões muçulmanas.

### **Um contexto das dominações islâmicas dos séculos VII ao XI e sua consequência para os povos subjugados**

Estes árabes, liderados por seu profeta Maomé, levantaram um vasto e duradouro império que se estendeu do noroeste da Índia, através da Ásia Central, Oriente Médio, África do Norte, Península Itálica Meridional e Península Ibérica, até aos Pireneus durante quatro séculos. Como seus antecessores persas, gregos e romanos os discípulos de Mohammad impuseram sobre os territórios tomados leis severas de manutenção do seu controle, que incluíam escravidão e tributação pesada, além da sufocação violenta a revoltas que ameaçavam a unidade do Islã:

Ele (Maomé) expulsou e massacrou os judeus de Medina e confiscou suas terras. Posteriormente, em Khaybar e Fadak, adotou um outro método instituindo a categoria dos protegidos tributários; de fato o regime dos tributários só foi verdadeiramente organizado sob os califas.

(...) Entre 705 e 708, o novo governador da Ifríquia, Muça ibn Noçayr, levou a ofensiva árabe até o Atlântico, submetendo ao Islã as tribos do centro e o Oeste de Magreb, cristãs ou judaicas, lançando mão de violentos processos. Em julho de 710 houve uma incursão temporária na Espanha, mas foi em abril ou maio de 711 que Tariq ibn Ziyad, um liberto berbere de Muça ibn Noçayr, governador de Tânger, desembarcou na Espanha, talvez a chamado do rei visigodo Áquila, em luta com seu rival Roderico, proclamado rei em Toledo." (MANTRAN, 1977, p. 84, 108).

E tais mecanismos asseguraram durante esses séculos um rígido controle sobre as terras possuídas, conquistadas à base de destruição e morte, conforme lemos no comentário do antropólogo senegalês Tidiane N'Diaye:

É este continente e estas antigas civilizações que a conquista árabe ia mergulhar nas trevas: razias sanguinárias, acompanhadas de massacres, incêndios e terríveis actos de destruição, despovoação e esterilização esta terra de outro, pedras preciosas, especiarias, palmeiras e de uma prodigiosa fecundidade. A energia vital que alimentava por vasos comunicantes todos estes elementos ia deteriorar-se à medida que avançava o mal árabe. Os árabes caçadores de homens transformarão em verdadeiros infernos regiões inteiras onde os seus habitantes viviam (...). Equipados de armas de fogo modernas, os impiedosos predadores operavam verdadeiras carnificinas no seio de populações vulneráveis, muitas das quais, contrariamente às da costa, não dispunham de armas de fogo, e isto dos Grandes Lagos até ao rio Congo. (N'DIAYE, 2008, p. 66).

O pesquisador, em seu levantamento, segue explicitando as atrocidades cometidas pelos muçulmanos sob o comando dos califas, líderes sucessores de Maomé, sobretudo no continente africano, cuja exploração de sua gente e território é enfocada frequentemente como de origem europeia. É comumente abordada a temática da escravidão dos povos negros como sendo de responsabilidade maior do tráfico transatlântico, o que omite gravemente a amplitude do que foi este odioso capítulo da história da Humanidade. Esboça o autor em seu trabalho que os escravizados africanos eram submetidos a recrutamento para guerras não suas (N'DIAYE, 2008, p. 146), castrações em crianças (N'DIAYE, 2008, p. 177), serviços sexuais conforme a aparência (N'DIAYE, 2008, p. 180), abortos e infanticídios (N'DIAYE, 2008, p. 181). Com base em pesquisas e estatísticas, o antropólogo afirma que teriam sido deportados via tráfico negreiro árabo-muçulmano entre os séculos VII e início do XX 42 milhões de africanos, com margem de erro de 25 por cento. E conclui dizendo que o tráfico negreiro realizado pelos islâmicos foi "um genocídio de

povos negros através de massacres, razias sanguinárias e castrações maciças” (N’DIAYE, 2008, p. 201).

E perceptível, no entanto, uma leitura própria nos livros didáticos do 7º ano direcionados a rede municipal de ensino do Rio de Janeiro no que diz respeito a dominação islâmica de que tratamos, muito embora percebamos nesta pesquisa alguma diferença entre eles. Não há, obviamente, unanimidade entre os livros didáticos quanto ao assunto, mas a ótica de maneira geral é direcionada pela questão econômica, pela brevidade do relato de guerra e (o mais grave) por grandes omissões em relação às mazelas causadas pela dominação maometana, o que será destacado mais neste artigo. Há, visivelmente, um preocupado esforço para dar brandura e certas virtudes às campanhas beligerantes dos muçulmanos nos lugares citados há pouco. Veremos esse ponto de vista com mais detalhes adiante, quando abordaremos a linguagem dos livros sobre o assunto.

### **As novas “crônicas” muçulmanas em alguns livros didáticos da rede municipal do Rio de Janeiro**

Os califas iniciaram a expansão de civilização árabe e a difusão do islã por meio da “guerra santa” (jihad). Com isso, deram origem a um imenso império muçulmano. Quando Maomé morreu, em 632, os árabes ocupavam apenas um terço da Península Arábica. Pouco mais de um século depois, eles haviam conquistado um vasto império, envolvendo o norte da África, grande parte da Península Ibérica, a Pérsia, o Egito e a Síria. (...). Com a conquista do norte da África pelos islâmicos, a partir do século VII, foram criadas as rotas transaarianas de comércio de escravos. Africanos escravizados também eram comercializados nas rotas do Mar Vermelho e na África Oriental. Acredita-se que mais de sete milhões de africanos, entre homens e mulheres e crianças, foram capturados, aprisionados e levados para outras regiões da África e para o Oriente Médio na condição de escravos. (...). O tráfico atlântico fez a escravidão ganhar aspecto fortemente comercial, provocando confrontos entre etnias, aldeias e estados africanos e intensificando o aprisionamento de cativos (VICENTINO, 2010, p. 62, 137, 138).

O manual didático economiza informações sobre os métodos de tomada territorial islâmicos dando ênfase aos verbos veementes “conquistar” e “ocupar” simplificando os processos sangrentos empregados. Mostra sucintamente que os muçulmanos criaram rotas escoadoras de milhares de escravos para venda e exploração afirmando que o tráfico atlântico acirrou as guerras tribais, mesmo

não sendo este o enfoque, já que não está tratando da história da Europa neste tópico. E equipara tendenciosamente o volume de escravizados vendidos com o calculado do tráfico atlântico para provar que tenha sido feito na maioria por cristãos europeus, informação contraditada a seguir por N'Diaye:

Certos historiadores afirmam que o tráfico transatlântico arruinou o tráfico transaariano e oriental, sem o qual o continente africano não teria suportado uma tal sangria. Na verdade, durante 13 séculos ininterruptos, o tráfico árabo-muçulmano deportou um número de africanos claramente superior ao do tráfico transatlântico, o que merece do historiador inglês Reginald Coupland, a propósito da sangria efectuada pelos árabes muçulmanos, a seguinte declaração: "O número total de africanos importados ao longo dos séculos deve ser assombroso." Muitos autores insuspeitos defendem esta mesma posição" (N'DIAYE, 2008. p. 198).

Fica claro, portanto, que o tráfico abastecedor de escravizados africanos da ignóbil prática econômica das Américas na época das Grandes Navegações foi bem menor do que a cruelmente praticada pelos árabes-muçulmanos, em virtude de ter sido iniciada séculos depois. A assolação causada pelos islâmicos na África Negra produziu milhares de vítimas a mais do que o comércio europeu de cativos, dado importante omitido pelo livro didático. Sigamos com outro exemplar:

Em Medina, Maomé atraiu um grande número de seguidores e aliou-se aos chefes tribais. Assim, ele conseguiu unificar as várias tribos, criando um grande e único estado árabe (...). Embora seja geralmente traduzida como "guerra santa", a palavra *jihad* significa literalmente "esforço em favor de Deus". Trata-se do compromisso do muçulmano de manter-se fiel as crenças do islã, praticar boas ações, defender a comunidade e transmitir a mensagem da religião para outros povos. Porém não se deve confundir *jihad* com intolerância. O Alcorão proíbe a imposição do Islã para outros povos. Os atos violentos praticados hoje em dia por alguns povos islâmicos resultam de interpretações equivocadas do livro sagrado (...). Mercadores muçulmanos vindos do norte conhecidos como marabutos, negociavam ouro, noz-de-cola, marfim, peles e outros artigos com as sociedades africanas. No contato com os marabutos, os habitantes desses reinos africanos conheceram o Islã e apropriaram-se da fé, das leis e das práticas que lhes foram apresentadas, e não impostas. (...), com isso, o Islã transformou-se em uma religião de Estado, ainda que o próprio rei não tenha se convertido e muitas crenças e rituais tradicionais tenham se mantido na região. (APOLINÁRIO, 2010, p. 42, 50, 52, grifo nosso.).

A defesa do Islã é chamada *jihad*. A palavra significa "luta", "empenho". Muitas vezes é traduzida de forma equivocada, como guerra santa. Essa luta, porém, é considerada uma *jihad* menor. Para o muçulmano, a maior de todas as *jihad* é contra o pecado, para que a vontade de Alá seja colocada em prática (CERQUEIRA, PONTES, SANTIAGO, 2015, p. 45, grifo nosso.).

Portanto, a *jihad* não pode ser confundida com práticas violentas, pois o próprio Corão proíbe a conversão forçada. (BRAICK, 2015, p. 37).

Estes manuais dizem que Maomé “unificou” a Península Arábica mas não explica que foi por meio de métodos belicosos. Não se detêm nas guerras das expansões muçulmanas, e esforça-se para afastar a *jihad* do seu sentido mais comum, que é “guerra santa”, preocupando-se em separar o termo da luta armada. Reiteram, estranhamente, que as dominações muçulmanas no continente africano não tiveram nenhum caráter impositivo, antes ocorreram de forma puramente persuasiva, que levou os africanos a “apropriaram-se da fé, das leis e das práticas que lhes foram apresentadas”. Faz apologia ao Alcorão dizendo que foi mal interpretado, ignora a questão da escravidão na África islamizada e não ataca a união entre Estado e religião, crítica tão comum e esperada nos estudos de História. No último exemplo, espiritualiza a *jihad* como “luta para levar a mensagem de Deus aos desconhecidos dela” e “luta contra as tentações e as práticas politeístas”. Num box, defende que a *jihad* não pode ser confundida com a prática de grupos intolerantes de extremistas islâmicos. A “cronística” deste livro didático para o 7º ano do Ensino Fundamental carioca ainda tenta fazer acreditar-se numa conversão pacífica dos povos dominados pelo Islã como *modus operandi*, ao enfatizar a *jihad* com um sentido puramente espiritual, embora também carregue esta conotação. Desmerece e ignora, assim sendo, o sentido mais usual do termo naqueles séculos iniciais da fé arabesca, que é de invasão armada, pilhagem, escravidão e genocídio em nome da religião, consoante ao que se lê no trecho abaixo, do já citado historiador francês Robert Mantran:

Os guerreiros de Meca cercaram Medina sem êxito, a despeito do apelo feito aos *banu qorayza* para se juntarem a ele; Abu Sofyan e suas tropas retiraram-se, deixando a Maomé o benefício da vitória. Este decidiu, então, eliminar a última tribo judaica de Medina que, segundo o parecer de um árbitro, Sad ibn Moadh, foi condenada à extermínio total: os homens foram decapitados, as mulheres e crianças reduzidas à escravidão. (...) Esta foi também a última das ações qualificadas de “defensivas” para os muçulmanos. Doravante, de 628 a 632, desenrola-se a fase “ofensiva” (MANTRAN, 1977, p. 67, 68, grifo nosso).

Transparece no livro uma ideia de proteger os muçulmanos de preconceitos criados para associar a religião a terrorismo, por conta das notícias

atuais que se tem sobre o assunto. No entanto, o contexto histórico da matéria estudada demonstra que foi metodológico para os islâmicos o uso da força bélica para o subjugo de vastos territórios do Oriente Médio, África, Ásia e Europa. A tentativa muito justa e necessária de desfazer estereótipos de qualquer crença é tarefa do sistema de ensino, porém, nestes manuais isto se opera por meio da omissão de fatos cruciais para o entendimento geral do período. Ocorre, com a explicação daqueles livros, a total descaracterização das tomadas violentas das terras pelos muçulmanos que as submeteram à cruenta escravidão e terror durante muitos séculos. Adiante, mais alguns manuais de defesa das expansões árabes:

Na Península Ibérica, os muçulmanos consentiram que a população mantivesse as tradições cristãs e judaicas, desde que pagassem impostos especiais. Em cidades como Toledo, Granada e Sevilha, na atual Espanha, conviveram seguidores das três religiões. Este foi um dos melhores exemplos de tolerância religiosa na Idade Média. (...). Os domínios do Islã contribuíram para fortalecer o poder real e para agregar diferentes povos sob o domínio de Gana (...). Por meio da *shari'a*, o código de leis dos muçulmanos da cultura e da língua árabe, todos se identificavam como irmãos de Maomé. (APOLINÁRIO, 2010. p. 43, 52, grifo do autor).

Os muçulmanos garantiram aos povos locais a preservação de seus bens, de sua liberdade (não seriam escravizados) e de suas crenças, como a cristã. Em contrapartida, as pessoas assumiram o compromisso de pagar uma contribuição territorial, um tipo de imposto em moeda ou em produtos (trigo, cevada, vinagre, mel azeite, etc.) (VICENTINO, 2010, p. 64).

A dominação árabe era mais branda do que aplicada por outros povos. Os árabes não obrigavam os povos dominados a se converterem ao Islã e respeitavam os adeptos de outras religiões monoteístas (...). Como visto anteriormente, os árabes eram tolerantes com outros povos. Assim respeitavam as diferentes culturas e, com isso, aprenderam muitos com elas. Eles aproveitavam de cada um dos seus povos conquistados o que tinham de melhor e difundiram esses conhecimentos, fazendo dessa maneira, a ligação entre o Oriente e o Ocidente. (...) Seus sucessores (do guerreiro Sundiata Keita, de Gana) se converteram ao Islamismo, mas mantiveram tolerância religiosa (em Mali onde o guerreiro dominou depois de Gana), sem obrigar seus súditos à conversão. Os cultos tradicionais continuavam acontecendo. (CAMARGO, MOCELIN, 2015, p. 23, 25, 205).

Leituras extremamente entusiastas e apologéticas das expansões muçulmanas, que ignoram a tolerância islâmica ser praticada mediante recebimento de “impostos especiais” dizendo surpreendentemente que a pesada dominação árabe era “mais branda” que as outras. Ensina que havia respeito à

cultura dos subjugados e uma fraternidade idílica entre os africanos, dominados à força pelos maometanos, sendo cruelmente escravizados e massacrados por eles. Em outro momento, evidencia-se mais ainda o unilateralismo destes manuais, quando assertam sobre a “crueldade dos cristãos em Jerusalém” no tópico relativo às Cruzadas (VICENTINO, 2010, p. 65). Deparamo-nos aqui com mais um aparente enaltecimento da suposta tolerância islâmica, ressaltando este autor que se respeitava as outras religiões monoteístas. Diz que o domínio muçulmano propiciava candura nas questões religiosas, permitindo a livre escolha de crença, fato que possibilitava intercâmbios culturais pacíficos e mutuamente benéficos. Ainda insiste que, no continente, os governos submetidos à lei do Alcorão praticavam tolerância religiosa, sendo interrompida apenas em casos pontuais: em Gana, no século XI e no império Songai pelo governo militar de Muhamed Turê, cuja administração foi tomada por clérigos muçulmanos, aparentemente mais radicais<sup>61</sup>. No geral, a mentalidade muçulmana autoritária e violenta no empreendimento dominador em África neste último livro adquire um caráter tranquilo e leniente. Apresenta-se um abrandamento da falta de liberdade de culto na Península Ibérica tomada pelos seguidores de Maomé, quase silêncio sobre escravidão e imposição da religião islâmica na África e mostra uma lenda de um grande antepassado negro, que se converteu ao Islã aparentemente à força, mas silencia sobre esta imposição religiosa. A privação de liberdade religiosa durante a dominação árabe no Medievo é fato facilmente documentado, o que contradiz a afirmação acima destes livros da rede municipal carioca, pois não-muçulmanos eram obrigados a pagar impostos, sob pena de, em caso de recusa, sofrer as mais variadas retaliações:

A escravidão foi mantida, mas o Corão tentou atenuá-la concedendo um estatuto, decerto inferior, aos escravos que, todavia, podiam tornar-se muçulmanos. A emancipação foi regulamentada e os libertos (*mawali*) continuavam “clientes” de seu amigo senhor. Ao muçulmano era proibido escravizar outro muçulmano, o que contribuiu para reforçar a fraternidade entre os crentes (MANTRAN, 1977, p. 74, grifo do autor).

<sup>61</sup> O islamismo permaneceu a religião dos soberanos (de Songai) (...) como nos reinos anteriores, os cultos tradicionais continuaram sendo aceitos por todo o reino até o final do século XV, quando os militares e clérigos muçulmanos tomaram o poder. (VICENTINO, 2010, p. 207).

De acordo com os costumes islâmicos, só podiam ser escravizadas aquelas pessoas que não aceitavam o islamismo como sua religião (DIAS, GRINBERG, PELLEGRINI 2015, p. 125).

As tentativas de atenuação do terrível capítulo da tomada da África Negra pelos muçulmanos e tudo que representou este trágico fato felizmente recebe alguma resistência nos próprios livros didáticos. Nos exemplos abaixo percebemos algum esforço para mostrar a ruína causada pelo islamismo opressivo da Idade Média no continente africano e nos demais:

Em 630, as forças de Maomé conquistaram a cidade de Meca. Os deuses adorados na Caaba foram destruídos, e seu culto, proibido. A pedra negra foi mantida, mas agora como símbolo do Deus único, Alá. Meca passou a ser a cidade sagrada dos muçulmanos. (...) Como o apoio dos comerciantes de Medina (rivais dos negociantes de Meca) Maomé formou um exército de seguidores com o qual, em 630, após algumas vitórias militares, fez um acordo e pode retornar a Meca. Ao tomar o controle da cidade da cidade, Maomé destruiu os ídolos de Caaba, poupou apenas a pedra branca, que se tornou o símbolo de sua religião monoteísta (AZEVEDO, SERIACOPI, 2015, p. 20).

Os califas iniciaram a expansão da civilização árabe e a difusão do Islã por meio da chamada “guerra santa” (*jihad*) (...) A escravidão africana foi transformada significativamente com a ofensiva dos muçulmanos. Os árabes organizaram e desenvolveram o tráfico de escravos como empreendimento comercial de grande escala na África. Não se trata mais de alguns poucos cativos, mas de centenas deles a serem trocados e vendidos, tanto dentro da própria África quanto no mundo árabe e, posteriormente, no tráfico transatlântico pra as Américas, inclusive para o Brasil. (VICENTINO, VICENTINO, 2015, p. 79, 280).

Percebe-se, nos compêndios representados acima, porém, empenho em explicitar para os jovens da rede municipal do Rio a maneira armígera utilizada para a conquista de terras extensas pelos muçulmanos e os consequentes enriquecimento e controle cultural e religioso. Nos trechos são destacados a pilhagem, a *jihad* no sentido de guerra armada e o desenvolvimento aumentado em muito do horrível tráfico de escravizados africanos, que culminou nas atrocidades cometidas contra os nativos do Continente Negro e seus descendentes pelos tempos afins. O primeiro livro passa rapidamente pela conquista do exército maometano da cidade de Meca dando certo destaque à violência empreendida contra as religiões mais antigas dali. Usa palavras que remetem à força, como “força”, propriamente dita, “destruídos” e “proibido” e apresenta o conceito de “ruptura histórica” ao abordar, na página 27, a questão

das religiões politeístas que foram solapadas pela tomada de Maomé da Península Arábica.

Já o segundo manual<sup>62</sup> prima acertadamente por pontuar as motivações econômicas e religiosas das investidas islâmicas sobre os povos, a *jihad* daquela época como guerra física, não contendo nada de metafórico e o salto de desenvolvimento do tráfico negreiro fomentado pelos muçulmanos, os quais aumentaram sobremaneira a prática comercial precedendo e superando, portanto, o praticado pelos europeus na Idade Moderna em volume de escravizados negociados. Há um importante indício neste livro de que os islâmicos teriam enviado escravizados até mesmo para as Américas, inclusive para o nosso país, engrossando as fileiras negras do Brasil, que teria sido uma das nações que mais recebeu estes cativos no mundo.

### **Considerações finais**

Começamos este artigo dissertando sobre as crônicas medievais portuguesas, algo sucinto de suas origens ocidentais enquanto gênero textual e seu ponto de vista unilateral, na medida em que destacam o poderio bélico dos exércitos e reis portugueses, bem como o brio cavaleiresco de seus heróis e sua eleição como escolhidos de Deus para o domínio e subjugo dos povos considerados infiéis. A seguir, discorreremos sobre uma pouca da história das dominações islâmicas na Idade Média, sob o comando de Maomé e seus sucessores, que controlaram partes extensas da Europa, Ásia e África, continente sobre o qual nos detivemos mais para expor a exploração sangrenta de sua gente pelo tráfico de escravizados. Chegamos, por fim, no nosso alvo de mostrar a aparente apologética feita por alguns livros didáticos direcionados para o 7º ano do Ensino Fundamental carioca das expansões muçulmanas daquele tempo. A argumentação usada foi de expor destes manuais as omissões das terríveis consequências para os povos vencidos, a glorificação das campanhas

---

<sup>62</sup> O autor Cláudio Vicentino foi citado aqui neste artigo como um dos historiadores que reforçam, em seus trabalhos, a “cronística” de defesa maometana. Há, no entanto, livros seus, como este último, em que ele procura demonstrar a crueldade infligida pelos islâmicos aos povos vencidos e escravizados na época medieval.

beligerantes dos islâmicos e a afirmação de uma suposta tolerância religiosa praticada pelos dominadores árabes, quando dizem que havia uma liberdade de crença propiciada por eles nesta época. Encerramos esta parte dizendo há, contudo, compêndios que, coerentes com a História, procuram desenvolver o tema das invasões islâmicas com fidelidade aos fatos, sem aparentes releituras de caráter possivelmente ideológico. Estes manuais mostram para os jovens da rede municipal as dominações árabes enfatizando a violência bélica das campanhas, a *jihad* como guerra santa e os resultados para as populações subjogadas, que foram escravidão, tortura e massacres.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê, nos seus Artigo 4º e 70<sup>63</sup>, a responsabilidade do Estado de providenciar material didático para o estudante em nível básico da rede pública considerada a grande importância do assunto. É perceptível a prescrição legal de livros escolares para serem acessados pelos alunos como direito fundamental e a qualidade destes livros indiscutivelmente deve fazer parte deste direito também. Convém que o sistema de ensino, encabeçado por nós professores, coordenadores pedagógicos e especialistas em geral na área da Educação nos debruçemos com mais zelo sobre a nossa função de elaborar o material que influencia diretamente na formação dos nossos jovens. A urgência de avaliar e reavaliar o conteúdo veiculado nos livros está presente e torna-se essencial um esmero maior no tratamento desses assuntos e com a visão demonstrada nos manuais para que o debate histórico não fique reduzido a concepções político-ideológicas que prepara mal crianças e adolescentes para o debate público sobre a temática da exploração do homem pelo homem, característica humana infelizmente universal.

---

<sup>63</sup> Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: (...) VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: (...) VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)> Acesso em 20/07/2023.

## **Bibliografia**

- APOLINÁRIO, Maria Raquel. Projeto Araribá: História. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- AZEVEDO, Gislane. SERIACOPI, Reinado. Projeto Telaris, História - Ensino Fundamental 2, 2ª ed. São Paulo: Ática, 2015.
- BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar História: das origens do homem à era digital, 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- BRASIL. Lei das Diretrizes Básicas da Educação Nacional, [nº 12.796, de 4 de abril de 2013](#). **Disponível em:** <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1)> Acesso em 20/07/2023.
- BURGESS, R.; KULIKOWSKI, M. Chonicles in the Middle Ages. In: Mosaics of Time: The Latin Chronicle Traditions from the First Century BC to the Sixty Century AD. A Historical Introduction to the Chronicle Genre from its Origins to the High Middle Ages. Brepols: Turnhout, 2013. pp. 189-208.
- CAMARGO, Rosiane de. MOCELIN, Renato. Projeto Apoema História 7º ano, 2ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.
- CERQUEIRA, Celia. PONTES, Maria Aparecida. SANTIAGO, Pedro. Integralis Historia, 7º ano, 1ª ed. São Paulo: IBEP, 2015.
- DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco Cesar. Vontade de saber História, 7º ano, 3ª ed. São Paulo: FTD, 2015.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa. Tradução: José Colaço Barreiros e Artur Guerra. 2ª ed. Lisboa: Ed: Caminho, AS, 1993.
- LOPES, Fernão. Quadros da Crônica de D. João I. Seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1960.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares, Fernão Lopes e a retórica medieval. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- MANTRAN, Robert. Expansão Muçulmana (Séculos VII-XI). Trad. Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Pioneira, 1977.
- N'DIAYE, Tidiane. O genocídio ocultado. Trad. Tiago Marques. Lisboa: Gradiva, 2008.

NASCIMENTO, Robson Rafael de Oliveira. Interfaces do discurso de cavalaria medieval da *Crónica do Condestabre* na biografia *Nada a perder*, de Edir Macedo - uma nova guerra santa no Brasil. 2021. 291 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2022.

VICENTINO, Cláudio. Projeto Radix: História, 2ª ed. São Paulo: Scipione, 2010.

VICENTINO, Cláudio. VICENTINO, José Bruno. Projeto Mosaico, História, anos finais; Ensino Fundamental, 1ª ed. São Paulo: Scipione, 2015.

ZURARA, Gomes Eanes de. Crónica do Conde D. Duarte de Meneses, Larry King (ed.). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1978.